

Trânsito não pode ser via de tragédia

A frota de motocicletas no Brasil chegou a 35 milhões em 2025, com a comercialização de 2,19 milhões de unidades, superando a compra de automóveis (1,9 milhão), um crescimento de 17% em relação a 2024. Manteve-se, assim, uma curva ascendente de aquisição de veículos sobre duas rodas — a frota cresceu 42% em 10 anos, de 2015 a 2024 —, que tem mudado a forma de deslocamento da população e desafiado os gestores públicos.

Um dos alertas é com relação à segurança. O número de acidentes de trânsito envolvendo motociclistas e óbitos acompanha os ritmos de compra e venda. Segundo o Ipea, a participação de motos em sinistros com morte nas estradas brasileiras passou de 3% no fim dos anos 1990 para quase 40% em 2023.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde em janeiro último trazem ainda mais detalhes sobre esse fenômeno. O Nordeste passou a liderar o ranking de mortes no trânsito — posição historicamente ocupada pelo Sudeste — justamente por conta da maior adesão aos veículos sobre duas rodas na região. Foram registrados nos estados nordestinos 1.894 óbitos no trânsito em 2024, contra 10.995 no Sudeste. Considerando apenas as vítimas em motocicletas os números são, respectivamente, 6.116 e 3.820.

O descontrole em acidentes fatais envolvendo motociclistas não está circunscrito ao Nordeste. É uma triste realidade em todo o país. No Distrito Federal, o Departamento de Trânsito (Detran-DF) constatou aumento de 40,5% de motociclistas mortos de 2024 para 2025. Nas vias da capital federal, 271 pessoas morreram no ano passado. Os motociclistas somaram 104 (38,4%) dos óbitos — um aumento de 40,5% em relação a 2024. Preocupa ainda a constatação de que, em 46,2% dos sinistros fatais, o uso de álcool figurou como fator de risco.

Em Minas Gerais, só no primeiro

semestre do ano passado, a Polícia Rodoviária Federal registrou 37,4 mil acidentes envolvendo motos. A BR-040, com elevado tráfego é considerada uma rodovia perigosa, o que exige muita atenção dos condutores de todas as modalidades de veículos.

Especialistas atribuem a maioria dos casos de óbitos de motocicletas à imprudência, ao excesso de velocidade e à falta de atenção dos condutores. Embora esses fatores tenham peso nos acidentes, é inegável que nem sempre as vias de tráfego estão em condições adequadas, o que contribui para os desastres.

As condições de trabalho, também. A entrega de encomendas sobre duas rodas é cada vez mais fonte de renda no país, sobretudo entre os mais jovens e com baixa escolaridade. E a renda depende da quantidade de produtos entregues. Sem regulamentação, a lei do asfalto propicia o excesso de velocidade e outras infrações cometidas por motociclistas.

Há de se reconhecer que há um movimento do governo para trazer mais segurança ao trânsito, como mudanças nas regras para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e a gratuidade de renovação para os bons condutores. Também está prevista a elaboração do Programa Nacional de Segurança de Motociclistas. Essas medidas são importantes, mas a eficiência dependerá da garantia de que não haverá impactos na educação dos condutores — que, segundo especialistas, precisa, inclusive, ser atualizada — e que serão acompanhadas por mais rigor e eficácia nas fiscalizações.

E mais: ao poder público cabe não só fiscalizar, mas estabelecer meios para garantir que rodovias interestaduais e urbanas tenham qualidade para o tráfego de motos, carros e ônibus, e sinalização adequada, provida de câmeras de vigilância ou de agentes de trânsito para conter os infratores. Experiências como as de São Paulo, com faixas exclusivas para os motociclistas, também devem ser consideradas.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Falta de vergonha

Sinceramente, não sei como os políticos brasileiros se sentem ao fazerem a barba, se olhando no espelho! Ao se olharem, será que estarão pensando: “Você é porreta, mais uma para os panacas dos contribuintes pagarem as contas, o aumento dos funcionários do Congresso”. Não bastou o aumento das emendas parlamentares para R\$ 61 bilhões, isso é pouco para as excelências! Por curiosidade, dividi esse montante pelo número de excelências (598) e deu a bagatela de R\$ 102 milhões para cada um. É mole? Mas a culpa toda é nossa, eleitores, que elegemos e reelegemos essas pessoas para nos representarem.

» **Paulo Molina Prates**
Asa Norte

Falta de consciência

A falta de consciência de classe é um obstáculo para o desenvolvimento de qualquer sociedade. E, no Brasil, não é diferente. Políticos e o Judiciários deveriam ter essa consciência de classe e notar que seus supersalários e mordomias são pagos com o sofrimento dos assalariados e a escassez de privilégio dos menos favorecidos.

» **Nadir Matos**
Brasília

Autocrítica

A autocrítica é um quesito de extrema importância de quem se autoavalia, pondera seus atos, julga seus comportamentos, ajusta-se, autocorrigir, reflete sobre suas reações e ações, conjectura consigo mesmo. É o quesito que nos faz sair da esfera do endeusamento para a esfera da humanidade. É a postura madura de quem analisa seu papel como ser humano e profissional. Portanto, o quesito autocrítica vai muito além de ter consciência superficial das próprias falhas e injustiças. Até um psicopata tem essa consciência, mas não muda. Quando se decifra o quesito autocrítica com clareza, se localiza no tempo espacial existencialmente. Sabe que a vida é bravíssima para viver, mas longuíssima para cometer injustiças, falrear, desrespeitar, humilhar etc.

Infelizmente, temos muitas autoridades, bem como, na sociedade que estão banindo o quesito da autocrítica do seu dicionário existencial.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não pode mais se omitir ante ao abuso, à imoralidade e à ilegalidade nos reajustes dos planos de saúde. Essa passividade do Ministério Público (MP), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e da ANS é criminosa. Não se pode alegar contrato, pois ele é de adesão e imposto ao usuário. Além de ser padronizado, os reajustes não são justificados e explicados. Nos últimos seis anos, foram reajustes anuais acima de 22%, bem acima da inflação, o que tem expulso as pessoas dessa proteção complementar, que acaba sendo única em razão da falência da saúde pública. Os planos adotam a mesma prática imoral, ilegal e abusiva sob a cumplicidade da ANS, que deveria fiscalizar e auditar esses aumentos — inclusive os de mudança de faixa etária, que, a cada cinco anos, chega a aumentar em mais de 50% o valor da mensalidade. Os abusos são gritantes e cometidos na certeza da impunidade. A quem recorrer? O Judiciário tem se mostrado sensível, mas ingressar com processos é caro e moroso. É necessário que adotem tratamento coletivo para essas vítimas e que se faça uma auditoria generalizada nesse cartel. Urgente!

» **Helcio Dias Gomes**
Asa Sul

Câncer

Infelizmente, os hospitais oncológicos não dão atenção aos pacientes com câncer em fase paliativa. Não há chance de cura, então priorizam os que têm chance. Vivi isso de perto com o meu marido. Tinha que brigar para ele ser atendido, e os médicos só me perguntavam: “O que a senhora quer que façamos? Não tem mais o que fazer”. É muito triste para os pacientes e os familiares!

» **Valéria Soumar**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Enquanto o país discute limites fiscais e a necessidade de reorganizar as contas públicas, a Câmara avança em medidas que aumentam gastos sem apresentar contrapartidas claras de eficiência ou racionalização administrativa. É muita desfaçatez!

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Supersalário com folga de um dia a cada três trabalhados, enquanto o brasileiro que ganha o salário mínimo cumpre a escala 6X1. É um absurdo!

Isabela Santiago — Brasília

Detran-DF ganha 167 novas viaturas para reforçar fiscalização e serviços. E o asfalto cheio de buracos como é que fica?

Petrônio Cavalcante — Brasília

O Ministério Público do Rio de Janeiro pede a prisão da advogada Argentina por injúria racial. Gaúcha presa em flagrante por ofensa racista em Salvador é solta. A justiça precisa uniformizar suas decisões

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Escola de samba tem recurso próprio. Esse dinheiro que o governo federal quer repassar é da saúde, dos hospitais, da educação, das escolas caindo aos pedaços.

Dirce Vasconcelos — Porto Alegre (RS)

Sempre teve repasse para as escolas de samba, dos governos municipal, estadual e federal. E é para todas as escolas. Até agora, ninguém reclamava.

Zauri Pereira — Campo Largo (PR)



ROSANE GARCIA
rosanegarcia.df@dabr.com.br

Os racistas insistem

"Tenho nojo de preto", gritou a mulher para um senhor negro na portaria do bloco onde ela reside em Belo Horizonte. O vídeo exibido pela TV Globo, no último dia 13, é prova incontestável de racismo, comportamento que contamina grande parcela da sociedade brasileira. Os afrodescendentes somam 56,7% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, como maioria, são os mais afetados pelas desigualdades socioeconômicas, nósas nunca apagadas do tecido demográfico do país.

O racismo é crime inafiançável e imprescritível, como previsto na Constituição de 1988 e na Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó). Em 2023, a punição aos racistas tornou-se mais rigorosa, por meio da Lei nº 14.532/2023 e por alteração no Código Penal, que pune a injúria racial (ofensa à honra de alguém por raça, cor, etnia, religião ou origem) com penas que variam de dois a cinco anos de prisão e multa.

Mas a punição, ainda que mais rigorosa, não inibe os racistas. Eles expressam claramente, ou de maneira tácita, o repúdio que têm em relação aos de pele preta. Dessa forma, só no ano passado, foram 5.552 processos judiciais, um aumento de 64% em relação a 2023 — um dado, até pouco tempo, inimaginável. O Judiciário encerrou 2024 com 13 mil processos por racismo

à espera de julgamento.

O avanço dos discursos de ódio e o aumento das células neonazistas no governo, principalmente na Região Sul, contribuíram para acirrar as agressões não só aos afrodescendentes. Indígenas, mulheres e pessoas em situação de rua também são alvos dos supremacistas brancos. Essas ofensivas movimentaram a rotina do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no fim do ano passado. Foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão em cidades de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Sergipe.

Mais rigor na legislação não é suficiente para reverter o comportamento criminoso de vários grupos preconceituosos que conspiram contra quaisquer políticas que tentam eliminar as desigualdades de raça, cor, gênero, social ou econômica. Os educadores têm papel importante para desmontar os falsos e tradicionais conceitos que são raízes do racismo e das mais diversas expressões de violência e discriminação. Quando uma mulher ou um homem branco vocifera ter ódio de negro, percebe-se, lamentavelmente, que, em pleno século 21, não conseguiu atravessar o tempo e segue prisioneira(o) dos ultrapassados costumes do século 16 — período colonial.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br